

Parecer do Relator foi aprovado, por unanimidade. Dando continuidade, o Conselheiro Luiz Alfredo Paim, relatou o Processo-MJ nº 7789/94, acerca de Interpretação ao Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 953/94 (Indulto Natalino). Em seu Parecer, o Relator ressalta que "o Dr. João Costa Ribeiro Filho, advogado militante no Distrito Federal, menciona que o art. 1º, II, do Decreto nº 953, de 8 de outubro de 1993, que concede indulto natalino àquele 'que se encontre em estado avançado de doença grave e irreversível...' merece ser interpretado por este Conselho vez que, ao referir 'estado avançado', que é o menos, não refere 'estado terminal', que é o mais, em termos de gravidade da moléstia e com isto possibilita que ao condenado em estado terminal não seja deferido o benefício do indulto. *Literis* 'se o Decreto se aplica àquele que está em estado menos grave (estado avançado), muito mais aplicação terá àquele que está em estágio mais grave (estado terminal) da doença'. Não faz referência a dissidência jurisprudencial, tampouco menciona qualquer decisão judicial e nem mesmo questionamento doutrinário sobre o assunto. (...)". Concluindo, o Relator menciona que "também tenho dificuldade em imaginar um magistrado criminal interpretando tão literalmente e *in malam partem* o dispositivo legal em questão. Bastaria que atentasse para a finalidade humanitária da norma, para o espírito de solidariedade que claramente a inspira, para arredar a interpretação literal de dubio sentido jurídico (...)". Concluindo o seu Parecer, o Conselheiro Paim diz que "a LEP prevê prisão domiciliar ao condenado que se encontre em regime aberto e 'acometido de doença grave' (art. 117, II) e nunca se questionou a prisão domiciliar ao condenado paciente de doença terminal. O indulto, de sua parte, é concedido ao condenado de qualquer regime que, estando acometido de doença grave, encontre-se já em estágio avançado e seja irreversível o seu mal. Em havendo denegação do benefício a alguém que já tenha ultrapassado o estágio avançado (e por haver ultrapassado a fase) o que cabe é o recurso de agravo, ou até mesmo o habeas corpus se fundamento tão absurdo estiver explícito na sentença. Assim, considerando que para os fins do dispositivo em questão, a distinção estado avançado/terminal é desnecessária, opino por que apenas se declare o sentido amplo da afirmação 'estado avançado de doença grave e irreversível' abrangente de estado terminal". Posto em discussão, o Parecer foi aprovado, por unanimidade. Novamente, o Conselheiro Luiz Alfredo Paim relatou o Processo-MJ nº 11.675/94, versando sobre Programa de Educação e Ressocialização Criminal. Segundo o Relator, "Rogério Farias Bastos e José Eduardo dos Santos Lopes, que se identificam como internos da Penitenciária Moniz Sodrê, do Rio de Janeiro, o primeiro como monitor de estampanaria e o segundo como bibliotecário daquela unidade prisional, apresentam o que denominaram de PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO CRIMINAL, onde mencionam os dispositivos da Lei de Execuções Penais que tratam do trabalho prisional, fazem considerações sobre a inconveniência da ociosidade nas prisões, bem como sobre a importância social da profissionalização das pessoas nelas recolhidas. Sugerem especificamente a criação de núcleos do SENAI e do SENAC em cada um dos estabelecimentos penais do Estado. Não vejo atribuições no CNPCP para tomar medidas quanto ao que é proposto. A implementação das sugestões apresentadas, por sua natureza, são de competência do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. O parecer é por que se remeta o expediente àquele órgão". Parecer aprovado, por unanimidade, com a recomendação para que seja enviada à Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro cópia do Processo. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Miguel Frederico do Espírito Santo para relatar o Processo-MJ nº 0927/94, referente aos Relatórios das Visitas de Inspeção aos Presídios de Arcoverde e Pesqueira, no Estado de Pernambuco, realizadas por Conselheiros do Conselho Penitenciário daquele Estado. Após destacar, em seu Relatório, os pontos cruciais comuns apurados pelos Conselheiros nos dois estabelecimentos penais, o Conselheiro Miguel deu o seguinte voto: "O resultado das inspeções não discrepa do que é apurado na generalidade dos estabelecimentos prisionais do país: a penúria instalada ao lado da superpopulação carcerária e da inexistência de qualquer esboço de tratamento penitenciário. Os ilustres Membros do Conselho Penitenciário do Estado de Pernambuco ofereceram sugestões ao Secretário da Justiça e ao Juiz das Execuções Penais para solução dos problemas. Face o exposto, voto no sentido de ser oficiado ao Conselho Penitenciário do Estado de Pernambuco, indagando os quais as providências que foram tomadas pelo Secretário da Justiça e pelo Juiz das Execuções Penais, diante dos Relatórios das Inspeções e do elenco de sugestões oferecidas, assim como ao DEPEN/MJ, para conhecer". Em discussão, o Parecer foi aprovado, por unanimidade, com a recomendação para que cópia dele seja encaminhada ao Secretário da Justiça de Pernambuco, ao Presidente do Conselho Penitenciário daquele Estado e ao Diretor do DEPEN/MJ. Após um intervalo para o almoço, o Presidente reuniu a Sessão para a Exposição do Secretário da Justiça e da Cidadania do Paraná, Doutor Ronaldo Antônio Botelho, sobre construção, com custo menor, de Estabelecimentos Penais no Estado do Paraná. Compareceram, para prestigiar a Exposição do Secretário, o Doutor Marcos Luiz da Costa Cabral, Secretário da Justiça do Estado de Pernambuco, na condição de Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Justiça; o Doutor Gabriel Pauli Fadel, Secretário da Justiça, do Trabalho e da Cidadania do Estado do Rio Grande do Sul; o Doutor Mauro Luiz Campbell Marques, Secretário de Justiça, Segurança Pública e Cidadania do Estado do Amazonas; e o Doutor Afrânio Bezerra Cavalcanti, Secretário da Justiça do Estado da Paraíba. Na oportunidade, o Presidente do CNPCP fez a apresentação dos ilustres Secretários ao Plenário, ressaltando sua grande satisfação em recebê-los. Em seguida, passou a palavra ao Doutor Gabriel Pauli Fadel, que fez um breve relato sobre a Penitenciária Estadual de Londrina/PR, que, segundo ele, é um exemplo de modelo. Terceiro alguns comentários sobre a situação carcerária do seu Estado, o Rio Grande do Sul, que está procurando seguir o modelo, que ele mesmo testemunhou, de Londrina. Como o ilustre Secretário tinha que se retirar, para um compromisso agendado com o Senhor Ministro da Justiça, o Presidente do Conselho agradeceu o seu relato e a sua honrosa presença no Plenário do CNPCP. Passou, então, a palavra ao Doutor Ronaldo Antônio Botelho para fazer a sua Exposição. O Secretário iniciou o seu relato, destacando que, recentemente, o Ministro da Justiça, Doutor Alexandre Dupeyrat, esteve no Estado do Paraná e pediu-lhe sugestões sobre o modelo de construção de Estabelecimentos Penais executado naquele Estado. Enfatizou que, acolhendo com vite formulado pelo Presidente do CNPCP, Professor Edmundo Oliveira, estava trazendo as sugestões como contribuição. Distribuiu ao Plenário farto material sobre as citadas construções, inclusive os Projetos Arquitetônicos. Segundo ele, "a deficiência do Sistema Penitenciário, no Paraná, se deve aos escassos investimentos feitos no setor por mais de 40

(quarenta) anos. Diante de tal situação, que vinha se agravando em proporções quase insuperáveis, o atual Governo resolveu enfrentá-la, desafiando, com muito sacrifício, substanciais recursos para reforma, ampliação e construção de Presídios e Penitenciárias. Assim é que: a) construiu um pavilhão para 300 (trezentos) internos na Colônia Penal Agrícola de Piraquara (obra inaugurada em março de 1994, a um custo de US\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil dólares); b) construiu a Penitenciária Estadual de Londrina, com área de 6.304 m², para 374 internos (obra iniciada em 1992, concluída em dezembro de 1993 e inaugurada em janeiro de 1994, a um custo de US\$ 2.300.000,00 - dois milhões e trezentos mil dólares, incluindo as instalações: cozinha, lavanderia, móveis e equipamentos em geral); c) está construindo a Colônia Penal Agrícola de Marana, município de Londrina, para 100 internos, a um custo de US\$ 530.000,00 - quinhentos e trinta mil dólares (obra com 30% da estrutura física já concluída); d) está construindo a Penitenciária Estadual de Maringá, com área de 5.447 m², para 374 internos, a um custo de US\$ 3.000.000,00 - três milhões de dólares, com tempo de construção previsto para 240 dias corridos (...). Após citar outras construções de Estabelecimentos Penais, que serão iniciadas no corrente ano, dentre as quais a de Cascavel, com 6.350 m², para 374 internos, a um custo de R\$ 3.400.000,00 - três milhões e quatrocentos mil reais, incluindo desapropriação, muro e edifício, o Secretário ressaltou que "o atual Governo já aplicou, está aplicando e vai aplicar, ainda, no Sistema, até o término da gestão, um total de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), sem falar de outros gastos significativos com equipamentos (informatização completa do Sistema e da Vara de Execuções Penais a um custo de US\$ 500.000,00 - quinhentos mil dólares) e pessoal (polícia militar, agentes penitenciários e técnicos). Todo esse esforço do Governo para a modernização e adequação do Sistema Penitenciário às exigências da segregação vem sendo suportado exclusivamente pelo Tesouro Estadual, com o sacrifício de outros programas, e somente se tornou exequível porque no Estado são praticados os menores preços das obras públicas desse setor no Brasil (...). Terminada a Exposição, o Presidente passou a palavra ao Doutor Marcos Cabral, Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Justiça, que teceu alguns comentários acerca do exemplar trabalho executado no Estado do Paraná, sem desperdício de verbas e que, sem dúvida, é um parâmetro a ser seguido a nível nacional. Entretanto, segundo ele, o Estado do Paraná dispõe de uma situação singular em seu território, o que, de certa forma, muito contribui para o êxito dessas construções. Este parâmetro, talvez, não possa ser seguido por outros estados, principalmente os do Norte e Nordeste, não só pela distribuição dos seus territórios, mas também pelo conceito de rendas. Enfatizou que o trabalho desenvolvido pelo Paraná serve de referencial para uma ampla discussão em torno de tão complexo problema, que é a situação carcerária do País. O Presidente agradeceu a manifestação do Doutor Marcos Cabral, pondo o CNPCP à disposição do Fórum Nacional de Secretários de Justiça para, juntos, elaborarem normas padronizadas sobre construção de penitenciárias. Salientou que o CNPCP está, no momento, elaborando uma Proposta de Regras Essenciais sobre Arquitetura, Construção e Localização de Estabelecimentos Penais, cujo Relator é o Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso. Na oportunidade, o Doutor Marcos Cabral propôs que a próxima Reunião do CNPCP fosse realizada junto a do Fórum Nacional de Secretários de Justiça, no período de 15 a 16 de setembro do corrente ano, em Londrina/PR, quando a discussão da matéria poderia ser ampliada, com base na bem sucedida experiência do Governo do Paraná, hoje exposta pelo seu Secretário de Justiça, bem como na Proposta do próprio CNPCP. Manifestaram-se, ainda, os Secretários de Justiça do Amazonas e da Paraíba, enaltecendo a Exposição do Secretário Ronaldo Antônio Botelho e o trabalho realizado por Sua Excelência, na área penitenciária, extremamente louvável e que serve, sem dúvida, de exemplo para outros Estados da Federação. Finalizando, o Presidente agradeceu, em nome do CNPCP, a valiosa contribuição dada pelo Governo do Estado do Paraná, através do seu dinâmico Secretário da Justiça e da Cidadania que, assessorado pelo Doutor Mário Yoshio Tokumai, Diretor Geral do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, apresentou importantes subsídios sobre construção, com custo menor, de Estabelecimentos Penais. Agradeceu, também, a presença dos demais Secretários ao Plenário do CNPCP para abrilhantarem a Exposição do Doutor Ronaldo Antônio Botelho, "tão rica no seu conteúdo e que deixou em todos nós a convicção de que o trabalho realizado no Estado do Paraná, no campo penitenciário, servirá de modelo para todo o Brasil". Esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a Reunião. E para constar, eu Maria Margarida Nogueira Aragão, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

(Of. nº 93/94)

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 10 de outubro de 1994

Nº 074/94. Ref: Autuação nº 08000.017137/94-87. Interessado: Esso Brasileira de Petróleo. Advogado: José Elias de Oliveira Grego do Nascimento. Decisão: Assim, para que do ato comunicado possam decorrer os efeitos jurídicos pertinentes à questão suscitada, determino o seu processamento como Consulta e sua remessa ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Nº 075/94. Ref: Representação nº 112/92. Representante: Serrana S.A. de Mineração. Representada: Indústria Carboquímica Catarinense S.A. - ICC. Advogado: Paulo de Tarso Ramos Ribeiro e outros. Decisão: Acolho a Nota Técnica de fls. 245/259. Da prova colhida tendo por insubsistente a infração imputada à representada. Pelo exposto, determino o arquivamento do presente, recorrendo de ofício ao CADE.

RÓDRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

(Ofs. nºs 714 e 715/94)